COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 3.970, DE 2024

Altera à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de concessão do intervalo para amamentação.

Autora: Deputada ROGÉRIA SANTOS **Relatora:** Deputada GEOVANIA DE SÁ

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição de autoria da Deputada Rogéria Santos que visa ampliar a licença intrajornada para que a mãe tenha a oportunidade de amamentar.

Em resumo, a proposição contém as seguintes disposições:

- altera o caput do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para prever que a mãe tem direito ao gozo de licença intrajornada para amamentar seu filho, sendo que, até os 6 meses de idade da criança, são dois períodos de descanso especiais e, após os 6 meses e até 1 ano e 4 meses de idade, haverá um período de descanso especial, sendo que o descanso especial é de meia hora; e
- altera o § 1° do art. 396 para prever que o período de descanso especial poderá ser dilatado mediante apresentação de laudo médico emitido por autoridade competente ligada ao SUS ou ao INSS, ou de empresa





prestadora de serviço de saúde, a critério de outras autoridades competentes.

A justificação indica que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde recomendam que o aleitamento materno ocorra até os dois anos ou mais da criança, sendo que se recomenda que até o sexto mês o leite materno seja a única fonte de alimento. Assevera que estudos científicos reforçam a importância da amamentação tanto para a saúde da criança quanto da mulher. Conclui que é imprescindível aumentar o período de intervalo para amamentação como forma de tornar possível que seja provida a amamentação.

O projeto foi submetido à Comissão de Trabalho, à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fui designada para relatar a matéria em 27/08/2025.

É o relatório.

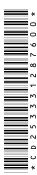
II - VOTO DA RELATORA

O leite materno é a principal fonte de alimento para o recémnascido. É um alimento que protege a criança contra complicações de saúde, como infecções e alergias. Além disso, há benefícios para a mulher provenientes da amamentação, como a redução do risco de desenvolvimento de câncer de mama, dos ovários, do colo ou do útero¹.

Fora esses benefícios à saúde, é inegável que no período de amamentação se forma um vínculo íntimo entre a criança e a mãe, o que é base para o desenvolvimento posterior tanto da pessoa quanto da família.

Essas informações constam de publicação veiculada na página institucional do Ministério da Saúde, disponível em << https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno>>. Acesso em 12/09/2025.





A legislação atual já prevê que se conceda período de descanso especial para que a mãe possa amamentar. A garantia legal é de dois períodos de descanso especial de meia hora cada um até que o filho complete 6 meses de idade.

A Proposta que estamos discutindo estabelece que, para além dessa previsão atual, haja um período de descanso especial para o período em que a criança tiver entre 6 meses de idade até 1 ano e 4 meses. Considerando que o período de amamentação se estende para além dos dois anos de idade do filho, somos favoráveis à proposição, a qual garante que seja possível a amamentação por um período maior.

Quanto à possibilidade de extensão do período de descanso especial, entendemos que basta que seja apresentado atestado médico pela mãe, independentemente da fonte. Assim, mesmo o médico particular da mulher poderá atestar a necessidade de um período maior de amamentação.

Por fim, pretendemos aprimorar a redação do **caput** do art. 396 a fim de torná-la mais clara.

As alterações propostas estão consolidadas no substitutivo que apresentamos.

Em conclusão, votamos pela aprovação do PL n° 3.970/2024 na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada GEOVANIA DE SÁ Relatora

2025-16254





COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI NE 3.970/2024

Altera à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de concessão de descanso especial para amamentação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, a mulher terá direito:

 I – a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, até que o filho complete 6 (seis) meses de idade; e

II - a 1 (um) descanso especial de meia hora, quando o filho tiver entre 6 (seis) meses de idade e 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de idade.

§ 1° Quando o exigir a saúde do filho, o período de descanso especial poderá ser dilatado mediante a apresentação de atestado médico que comprove essa necessidade.

......" (NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada GEOVANIA DE SÁ Relatora

2025-16254



